



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE VILA FLOR, com sede na Avenida Marechal Carmona, 5360-303 Vila Flor, NIPC 506 696 464, neste ato representado pelo Eng.º Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor, com poderes para o ato, a seguir designado por MUNICÍPIO,

e

SEGUNDO OUTORGANTE: MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A., com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, 40, 1069-300 Lisboa, NIPC 504 615 947, neste ato representado pelo Eng.º José Pedro Nascimento, na qualidade de CTO, com poderes para o ato, a seguir designada por ALTICE PORTUGAL.

Doravante conjuntamente designadas por “Partes”

Considerando que:

- A. A ALTICE PORTUGAL é proprietária de uma rede de condutas instalada no Concelho de Vila Flor com cerca de 15642,2m.;
- B. As referidas condutas encontram-se, por imperativo legal e regulatório, integradas na ORAC (Oferta de Referência de Acesso a Condutas, regulada pela ANACOM, que abrange as condutas de que a ALTICE PORTUGAL é proprietária ou que se encontram sob a sua gestão, e a cujo cumprimento a ALTICE PORTUGAL se encontra vinculada);



- C. Nos termos da ORAC, a ALTICE PORTUGAL apenas faculta acesso a condutas, a outros operadores de comunicações eletrónicas;
- D. As Partes entendem que o interesse público subjacente aos projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais justifica plenamente, ainda que com carácter excecional, que o MUNICÍPIO possa utilizar a rede de condutas da ALTICE PORTUGAL;
- E. As Partes reconhecem que essa utilização da rede de condutas da ALTICE PORTUGAL por parte do MUNICÍPIO não deverá ser feita de molde a pôr em causa o cumprimento escrupuloso da ORAC pela ALTICE PORTUGAL;
- F. As Partes têm como objetivo reduzir a duplicação de infraestruturas e minimizar o volume de intervenções no subsolo do Concelho de Vila Flor, no âmbito dos respetivos projetos de desenvolvimento de rede, tendo por base a máxima utilização possível da rede de condutas que o MUNICÍPIO venha a deter no futuro.

É reciprocamente acordado e livremente aceite o presente Protocolo de Cooperação constante das seguintes cláusulas:

1. Objeto e Objetivos

- 1.1. O presente Protocolo visa o estabelecimento de uma relação de cooperação entre as Partes em matéria de utilização recíproca das condutas, pertencentes a cada uma delas, e que se encontram instaladas no Concelho de Vila Flor.
- 1.2. O Presente Protocolo tem por pressuposto os objetivos de interesse público plasmados nos Considerandos supra, a saber: (i) permitir ao MUNICÍPIO desenvolver os seus projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais de uma forma mais eficiente e com menores custos, mediante a

utilização, sempre que tecnicamente viável, das condutas da ALTICE PORTUGAL e (ii) evitar a duplicação de infraestruturas no MUNICÍPIO e reduzir o volume de intervenções no subsolo mediante o recurso, por parte da ALTICE PORTUGAL, às condutas do MUNICÍPIO que este venha a deter no futuro.

2. Colaboração da ALTICE PORTUGAL

- 2.1. No âmbito do presente Protocolo, a ALTICE PORTUGAL compromete-se a, sempre que tecnicamente viável, facultar acesso às suas condutas para que nelas o MUNICÍPIO instale cabos no contexto do desenvolvimento de projetos de interligação em fibra ótica dos edifícios municipais ou de outros projetos de manifesto interesse público.
- 2.2. No âmbito do presente Protocolo, a ALTICE PORTUGAL compromete-se a, sempre que tecnicamente viável, facultar o cadastro das suas infraestruturas, quando solicitado pelo MUNICÍPIO, com isenção de qualquer pagamento.
- 2.3. Atenta a natureza de interesse público da referida utilização das condutas da ALTICE PORTUGAL pelo MUNICÍPIO, o acesso a tais condutas ficará isento de qualquer contrapartida em dinheiro, tendo assim como única contrapartida o estabelecimento de um princípio de reciprocidade, tal como disposto no número 3. do presente Protocolo.
- 2.4. A viabilidade de cada pedido de acesso será exclusivamente avaliada pela ALTICE PORTUGAL com total discricionariedade e boa-fé.
- 2.5. O MUNICÍPIO compromete-se a identificar, de forma inequívoca, todos os cabos que instalar nas condutas da ALTICE PORTUGAL.
- 2.6. O MUNICÍPIO compromete-se a interligar as infraestruturas municipais com as infraestruturas da ALTICE PORTUGAL, desde que tecnicamente viável, tendo por base os procedimentos regulamentares do ITUR e legislação em vigor, para permitir a instalação de fibra ótica no caso de as condutas não estarem interligadas.



3. Colaboração do MUNICÍPIO

- 3.1. No âmbito do presente Protocolo, o MUNICÍPIO compromete-se a, sempre que tecnicamente viável, facultar acesso às suas condutas por parte da ALTICE PORTUGAL ou a empresas pertencentes ao seu Grupo, para que nelas sejam instaladas as redes de cabos no âmbito dos projetos de desenvolvimento de rede da ALTICE PORTUGAL e de atendimento dos seus clientes.
- 3.2. No âmbito do presente Protocolo, o MUNICÍPIO compromete-se a, sempre que viável, facultar o cadastro das suas infraestruturas, quando solicitado pela ALTICE PORTUGAL, com isenção de qualquer pagamento.
- 3.3. O acesso acima referido será facultado com base no princípio da reciprocidade, pelo que ficará isento de qualquer contrapartida em dinheiro.
- 3.4. A viabilidade de cada pedido de acesso será exclusivamente avaliada pelo MUNICÍPIO com total discricionariedade e boa-fé.
- 3.5. A ALTICE PORTUGAL compromete-se a identificar, de forma inequívoca, todos os cabos que instalar nas condutas do MUNICÍPIO.
- 3.6. A ALTICE PORTUGAL compromete-se a interligar as suas infraestruturas com as infraestruturas municipais, quando necessitar de instalar fibra ótica nas condutas municipais e estas não se encontrarem interligadas.

4. Confidencialidade

- 4.1. As Partes reconhecem que a informação a disponibilizar ao abrigo do presente Protocolo, bem como a sua própria existência, é confidencial e extremamente sensível, configurando, no caso da informação disponibilizada pela ALTICE PORTUGAL, segredo de negócio, pelo que ficam expressamente proibidas de a

disponibilizar ou divulgar, salvo nas condições especificamente previstas nesta cláusula, sob qualquer forma ou suporte, a quaisquer terceiros.

- 4.2. O MUNICÍPIO obriga-se a limitar o acesso à informação disponibilizada pela ALTICE PORTUGAL apenas aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Flor, quando tal acesso se justifique exclusivamente por razões de serviço, garantindo, sempre que possível, que essa disponibilização será sempre limitada ao estritamente necessário e não à totalidade da informação disponibilizada pela Segunda Contratante ao abrigo do presente Protocolo.
- 4.3. O acesso à informação referido no número anterior desta Cláusula ainda fica condicionado à prévia celebração, pelo MUNICÍPIO com cada Trabalhador da Câmara Municipal de Vila Flor referido no número anterior, de um acordo de confidencialidade, cuja obrigação o MUNICÍPIO se obriga a comprovar perante a ALTICE PORTUGAL, sempre que tal lhe venha a ser solicitado por esta, mediante o envio das cópias desses acordos.
- 4.4. O MUNICÍPIO ainda aceita que a qualquer outra informação ou esclarecimento técnico que venham a ser prestados pela ALTICE PORTUGAL e alusivos ao seu cadastro, quer sejam transmitidos oralmente ou sob a forma escrita, estão abrangidos pela obrigação de confidencialidade prevista neste Protocolo.
- 4.5. A obrigação de confidencialidade prevista neste Protocolo perdurará para além da sua vigência ou da sua cessação, seja por que motivo for, por um período de 5 (cinco) anos.
- 4.6. Excetuam-se da presente cláusula as divulgações efetuadas em cumprimento de decisão judicial ou administrativa emanada de órgão competente para o efeito, não passível de recurso ou cujo recurso, embora possível, não tenha efeito suspensivo e apenas na estrita medida a assegurar o cumprimento de tal decisão.
- 4.7. Nos casos previstos no número anterior, a Parte a quem tenha sido ordenada a divulgação deve informar previamente a outra Parte e observar as



recomendações desta que sejam compatíveis com a intimação ou com a obrigação legal que está na origem do dever de divulgação, devendo fazer acompanhar essa divulgação da indicação de que se trata de Informação pertencente a terceiro reveladora de segredo comercial ou industrial ou de segredo relativo a direitos de propriedade intelectual e afins.

- 4.8. Para efeitos do disposto na presente cláusula não são considerados terceiros as empresas do grupo da ALTICE PORTUGAL, as entidades subcontratadas pela ALTICE PORTUGAL e as entidades a quem a ALTICE PORTUGAL recorra para a concretização dos compromissos assumidos ao abrigo do presente Protocolo.

5. Dados Pessoais

5.1. As Partes obrigam-se a cumprir o disposto na legislação de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD").

6. Vigência, Alteração e Denúncia

- 6.1. O presente Protocolo é válido pelo período de 5 (cinco) anos, produzindo efeitos a partir da data da sua assinatura.
- 6.2. O presente Protocolo renova-se por períodos sucessivos de 1 (um) ano, sem prejuízo de poder ser denunciado por qualquer das Partes com a antecedência mínima de 2 (dois) meses, face ao termo inicial ou cada uma das suas renovações.
- 6.3. Caso o presente Protocolo seja denunciado nos termos do número anterior as Partes comprometem-se a negociar as condições a aplicar às ocupações que cada Parte tenha nas condutas da outra no prazo máximo de 1 (um) mês, salvo se, atendendo à especificidade da situação, esse prazo não se mostrar razoável,



devendo as Partes acordar num prazo mais dilatado para resolução dessas situações.

7. Incumprimento

7.1. O incumprimento de qualquer das obrigações constantes no presente Protocolo implica o direito de resolução do mesmo, sem prejuízo do direito de indemnização das Partes nos termos gerais do direito por danos comprovadamente causados à outra Parte a título de dolo ou culpa grave.

8. Comunicações

8.1. Salvo quando a importância da mensagem não requeira forma especial, as comunicações entre as Partes relativamente ao presente Protocolo serão desejavelmente efetuadas por escrito, e dirigidas para os seguintes contactos:

a. MUNICÍPIO

A/C: Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor

Eng.º Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo

Avenida Marechal Carmona

5360-303 Vila Flor

Endereço de correio eletrónico: geral@cm-vilafior.pt

Telefone: 278 510 100

Telefax: 278 512 380

b. MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.

A/C: CTO Eng.º José Pedro Nascimento



Av. Fontes Pereira de Melo, 38/40

1069 – 300 Lisboa

Endereço de correio eletrónico: jose.p.nascimento@altice.pt

Telefone: 215 002 000/ 215 000 040

Telefax: 215005115@faxonline.altice-empresas.pt

8.2. As Partes informar-se-ão mutuamente sobre qualquer alteração dos contactos referidos no número anterior.

8. Lei aplicável e foro

8.1. Este Protocolo rege-se pela legislação vigente no ordenamento jurídico português.

8.2. Para a resolução de quaisquer litígios emergentes do presente Protocolo, designadamente quanto à sua interpretação, aplicação, validade, execução, cumprimento e seu termo, as Partes atribuem competência exclusiva ao Tribunal da Comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

9. Outras disposições

9.1. No cumprimento do presente Protocolo, as Partes envidarão os seus melhores esforços para que a cooperação aqui estabelecida seja o mais eficaz possível, para que haja uma comunicação célere e eficiente entre elas visando alcançar os objetivos deste Protocolo, devendo as ações dele decorrentes respeitar sempre a disponibilidade das Partes.

9.2. O presente Protocolo poderá ser revisto por acordo das partes, em particular quando, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa.



Vila Flor, 29 de setembro de 2023

Pelo MUNICÍPIO DE VILA FLOR

Pela MEO – SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÕES E
MULTIMÉDIA, S.A.

Assinado por: **PEDRO MIGUEL SARAIVA LIMA
CORDEIRO DE MELO**
Num. de Identificação: 10015240
Data: 2023.10.11 19:17:27+01'00'



José Pedro Nascimento
Chief Technology Officer

N.º Processo: 2023-709-INF – Minuta de Protocolo de Cooperação entre o MUNICÍPIO DE VILA FLORE a MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A , aprovada em Reunião de Câmara Ordinária de 28/09/2023

